



GUIA DE GESTORES PÚBLICOS

Como implementar e manter
bibliotecas com recursos públicos



SUMÁRIO

A gestão pública municipal e as bibliotecas	04
Os desafios para as gestões municipais e estaduais e a importância da biblioteca em escolas	08
De qual biblioteca estamos falando?	11
E quais as características dessa biblioteca?	12
Como fazer para ter uma biblioteca na escola?	15
Recursos públicos para bibliotecas em escolas	18
Outras formas de captar recursos para as bibliotecas	20
Outras ações da gestão municipal e estadual para o fortalecimento das bibliotecas	25
Mobilize-se! Como você pode ajudar?	29
Em síntese	33

A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E AS BIBLIOTECAS

Fernando Burgos¹ • Marinella Santos²

INTRODUÇÃO

Em março de 2010, a sanção da Lei 12.244/10 garantiu um DIREITO INALIENÁVEL: até 2020 todas as instituições de ensino do País, públicas e privadas, devem ter biblioteca. Direitos inalienáveis são direitos fundamentais que fazem parte da essência da pessoa. Não podem ser vendidos, negados ou transferidos. Considerar a biblioteca escolar como direito inalienável foi um grande avanço que amplia o acesso ao universo da leitura, mas para assegurar a efetivação da lei é fundamental que a sociedade civil atue intensamente junto ao poder público e os(as) parlamentares – vereadores(as), deputados(as) e senadores(as).

EU QUERO MINHA BIBLIOTECA é uma campanha pela universalização de bibliotecas em todas as escolas públicas e privadas do Brasil. Um empenho para apoiar e estar em rede com diversas organizações da sociedade civil, coletivos e pessoas que, lado a lado com os governos municipais e estaduais, formam um movimento conjunto que busca contribuir com a efetivação deste direito.

Nesse sentido, a campanha **EU QUERO MINHA BIBLIOTECA** atua por meio de ações coordenadas e do compartilhamento de informações com gestores(as) públicos(as) e a sociedade civil, de modo que cada um(a) possa compreender seu papel nesse processo e colaborar para a universalização de bibliotecas em escolas.

Você sabia que existem recursos públicos destinados à educação que podem ser acessados para construir, manter e ampliar bibliotecas em escolas públicas? Eles podem e devem ser buscados por todos – governos e sociedade civil. É preciso conhecê-los e entender como acessá-los³, já que nem sempre eles estão claramente identificados como recursos para bibliotecas.

¹ Doutor em Administração Pública. Professor do Departamento de Gestão Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP).

² Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV-EAESP.

³ No site da campanha (www.euquerominhabiblioteca.org.br) é possível baixar o material explicativo no item “Orientações” > “Envie para seus(as) candidatos(as).”

Além das ações do setor público, ampliar a atuação conjunta da sociedade civil com os governos e fortalecer o trabalho de cooperação são fundamentais para que a lei seja efetivada e o direito às bibliotecas seja assegurado.

MAS, COM TANTAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, POR QUE DEVEMOS INVESTIR RECURSOS PÚBLICOS NA BIBLIOTECA DA ESCOLA? PORQUE A BIBLIOTECA:

- é o principal meio de acesso gratuito ao livro, em especial os de literatura (para 64 % dos alunos, segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de 2015);
- é grande aliada do projeto pedagógico da escola;
- causa impacto positivo no rendimento escolar (veja dados da pesquisa abaixo);
- amplia o nível de conhecimento, competência e capacidade em leitura;
- fortalece as habilidades de escrita e de argumentação;
- contribui para a promoção de noções de cuidado e valores essenciais para o bom convívio social e ambiental graças à interação com livros, leitores e leituras formativas, em especial a literatura⁴;
- proporciona o convívio com leituras formativas, incrementando a capacidade de análise crítica.

O IMPACTO COMPROVADO DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO DESEMPENHO DE ESTUDANTES⁵

O Instituto Pró-Livro, responsável pela Retratos da Leitura no Brasil, realizou em 2018, em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), pesquisa em aproximadamente 500 escolas, distribuídas em 17 unidades da Federação, com o objetivo de identificar **o impacto da biblioteca escolar no desempenho de estudantes**. Foi aplicado um questionário com cerca de 60 questões para dirigentes da educação e professores(as). Os dados coletados foram correlacionados com dois importantes indicadores de avaliação do desempenho do(a) estudante: o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, por meio da Prova Brasil. Os resultados confirmam o que já se sabia e são irrefutáveis:

- **A escola que possui espaço exclusivo para biblioteca, acervo diversificado, atividades extraescolares – como visitas a museus e atividades culturais – e integração do(a) professor(a) às atividades das bibliotecas cria um diferencial significativo na aprendizagem dos(as) estudantes.**

⁴ Pesquisa realizada pelo Instituto Ecofuturo em 2018 com uma amostra das 107 bibliotecas implantadas até 2017, em 12 Estados brasileiros, comprovou que os municípios com Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo apresentam melhora de 7,8 % no Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) no Ensino Fundamental II, bem como uma taxa de 2 % superior em proficiência em Matemática e 4,3 % maior em proficiência leitora, em comparação com cidades de mesmo porte que não têm bibliotecas do projeto.

⁵ “Para além do cotidiano imediato, com níveis de complexidade variada, há outra esfera de produção intelectual relacionada com a escrita, relativa à interação com os conhecimentos e valores formais, às ciências, às artes, à formação e ao estudo.” Prof. Luiz Percival Leme Britto

- Na correlação entre espaço físico e o Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico – IDEB, **a escola que tem uma biblioteca escolar em boas condições alcança IDEB 0,2 ponto maior que uma escola com um espaço inferior.**
- **O impacto da biblioteca é ainda maior nas escolas mais vulneráveis.** Neste caso a correlação com o IDEB aumenta em 0,5. Isso é muito significativo já que o IDEB entre 2015 e 2017, no Brasil inteiro, cresceu 0,3 ponto.
- **Ter um responsável pela biblioteca que desenvolva suas ações ligadas às atividades pedagógicas é bastante relevante.** Segundo a pesquisa, em correlação com o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, **o desempenho em Português dos(das) estudantes aumenta em 4 pontos**, ou seja, o equivalente a 1/3 de um ano de aprendizado para alunos entre o 5º e o 9º ano. Nas escolas mais vulneráveis a relevância é da magnitude de 16 pontos. Quatro vezes maior!
- **Ter um(a) professor(a) de sala de aula que se envolva em atividades de pesquisa e leitura e incentive os alunos a frequentarem a biblioteca aumenta o desempenho em Português em até 7 pontos na escala SAEB**, o que pode representar um índice de 63 % de um ano de aprendizado.
- **A presença de um bom acervo nas bibliotecas escolares, com um crescimento de 6 pontos na disciplina de Português e 10 pontos em Matemática.** Já em relação ao IDEB o aumento é de 0,4 ponto.

“O impacto da biblioteca na escola é muito mais relevante onde as escolas são socialmente vulneráveis” – Pesquisa Instituto Pró-Livro, 2018.

Todos sabemos da importância de uma educação de qualidade para o desenvolvimento da sociedade. Investir em bibliotecas é fundamental para assegurar a efetivação da Lei 12.244/10 e, ao mesmo tempo, contribuir substancialmente para a garantia do direito de nos tornarmos uma sociedade competente tanto na leitura como na escrita e, consequentemente, com a habilidade de argumentar e debater, como se deve, numa sociedade democrática.

E como você, prefeito(a), governador(a), vereador(a), deputado(a), senador(a), secretário(a) de Educação, cidadão ou cidadã, pode contribuir com este importante desafio de criação e fortalecimento nas bibliotecas das escolas? Este guia visa trazer algumas sugestões e alguns caminhos interessantes para o fortalecimento e ampliação das BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS!

A união faz a força. Sua atuação é fundamental para assegurar um direito inalienável para a atual geração de brasileiras e brasileiros: **bibliotecas vivas em todas as instituições de ensino do País.**

Contamos com você!



OS DESAFIOS PARA AS GESTÕES MUNICIPAIS E ESTADUAIS E A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA EM ESCOLAS

Os municípios brasileiros são muito diferentes entre si. Dentre as mais de 5.570 cidades, temos situações totalmente heterogêneas.

1) De um lado, há a questão territorial. O maior município é Altamira (PA), que tem uma área de 159.695,938 km², o que significa que é maior do que Grécia, Inglaterra ou Portugal. Se preferir, é maior do que Dinamarca, Suíça e Bélgica juntos! Governar Altamira, certamente, é um enorme desafio.

2) Por outro lado, temos a questão populacional. A cidade de São Paulo, segundo as estimativas populacionais de 2015 do IBGE, tinha mais de 11,5 milhões de habitantes, o que equivale a uma população maior do que a de países inteiros europeus, como Hungria, Portugal, Grécia ou Bélgica. Em termos latino-americanos, é maior do que a de Cuba ou Haiti e muito próxima da população total da Bolívia. Administrar São Paulo, com este número de pessoas, também não é uma tarefa nada simples, ainda mais se considerarmos que é uma cidade muito desigual.

3) Há ainda outras diferenças geográficas. Por exemplo, municípios litorâneos possuem especificidades diferentes de municípios do Centro-Oeste, ou aqueles com característica rural têm desafios muito diferentes dos que fazem parte de grandes regiões metropolitanas. Outro exemplo são os 570 municípios brasileiros em faixa de fronteira, isto é, aqueles que fazem divisa com outros países (oficialmente, são aqueles que estão na faixa interna de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional). Eles estão presentes em 11 Estados brasileiros e têm desafios específicos para as políticas sociais, como educação, saúde e assistência social.

Os exemplos populacionais não acabam. No último Censo Demográfico de 2010, o IBGE mostrou que 1.310 municípios brasileiros têm menos de 5.000 habitantes. Numa cidade grande como São Paulo, é como se esses municípios coubessem dentro de um prédio ou de um condomínio de prédios. Mas, mesmo com poucos habitantes, os desafios da gestão pública não podem ser considerados pequenos.

Em relação aos Estados, as diferenças entre eles também são grandes. Em termos populacionais, por exemplo, os Estados do Acre, Amapá e Roraima possuem menos de um milhão de habitantes, enquanto São Paulo possuía quase 46 milhões de habitantes em julho de 2019. Na divisão entre população urbana e rural, no Pará 31,5 % dos domicílios são rurais. Já no Rio de Janeiro apenas 3,3 % são rurais, segundo o IBGE. Em termos de rendimento médio recebido pelas pessoas com mais de 14 anos, no Maranhão tínhamos o pior valor em 2017

(R\$ 1.169,53), seguido pelo Piauí (R\$ 1.233,50), mas no Distrito Federal esse valor é de R\$ 3.805,00. Esses dados mostram que os desafios de gestão variam muito nos Estados brasileiros em razão de sua heterogeneidade.

Embora os municípios sejam muito diferentes, há uma característica comum a todos eles: a necessidade de melhorar a educação pública. Para isso há diversas formas e ações possíveis, a convergir com o Plano Nacional de Educação – Lei 13.005/2014 – e, por consequência, os planos estaduais e municipais de educação. As bibliotecas em escolas são fundamentais para o atingimento das metas 6, 7 e 9 do Plano Nacional de Educação (PNE)* e convergem com o eixo 1 do Plano Nacional do Livro e de Leitura (PNLL).

“Letramento em leitura é a compreensão, o uso e a reflexão sobre textos escritos para alcançar objetivos pessoais, desenvolver o conhecimento e o potencial individuais e participar plenamente da vida em sociedade” (PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

Como muitos(as) já sabem, a Constituição Federal obriga os governos municipais e estaduais a aplicarem, pelo menos, 25 % da receita resultante de impostos e transferências na área de Educação, seja na construção e reformas de escolas ou na manutenção e no desenvolvimento das atividades educacionais. No entanto, esse recurso não parece ser suficiente para atender às necessidades da população. Os dados do Censo Escolar de 2018⁶ mostram que quase metade (48%) das escolas públicas brasileiras segue sem biblioteca até hoje. Assim, 68.354 escolas não têm biblioteca ou sala de leitura, sendo que nas escolas rurais a situação é pior, com 77% do total (43.439 escolas), e nas urbanas o equipamento não está presente em 29% delas (24.915 escolas).

Em 2018 ocorreu uma das maiores conquistas para a garantia do direito ao pleno e democrático acesso aos livros e práticas leitoras: a sanção da Lei 13.696/2018, que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). De acordo com o texto da lei, o Governo Federal deve elaborar o Plano Nacional do Livro e Leitura (decenal), assegurando a participação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.



⁶ Fonte: Qedu.org.br



Para garantir a efetivação da lei, a sociedade civil pode (e deve) incidir intensamente junto ao poder público e parlamentares. Os materiais da campanha EU QUERO A MINHA BIBLIOTECA podem ajudar a entender seu papel nessa empreitada.

Nos âmbitos municipal e estadual não é diferente e as prefeituras e governos estaduais devem constituir os **Planos Municipal/Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB/PELLLB)**, com objetivos, metas e indicadores de resultados para a área. Se cada um(a) fizer sua parte, teremos um excelente monitoramento da utilização de recursos, possibilitando que o município e o Estado – mesmo em um cenário de crise econômica – possam efetivar uma política municipal e estadual de incentivo à leitura e escrita de qualidade para todos(as), tendo como base principal as bibliotecas nas escolas, preferencialmente abertas à comunidade do entorno. E, assim, melhorar a educação brasileira, permitindo a formação de uma nova geração de cidadãos(ãs) mais capazes de analisar criticamente nossa situação, atuando para o fim das injustiças sociais e agindo pela conservação e pelo equilíbrio ambiental.

A HORA É AGORA! Precisamos planejar as ações para obter resultados concretos hoje e deixar um legado para a efetividade deste direito inalienável no médio e no longo prazo.

DE QUAL BIBLIOTECA ESTAMOS FALANDO?

A biblioteca na escola deve ser um espaço organizado para a convivência cotidiana com a leitura e os(as) leitores(as), atenta à multiplicidade de usuários(as) e agindo em nome das demandas educacionais e expectativas variáveis. Deve promover práticas leitoras dirigidas e diversificadas, planejadas e realizadas por professores(as) e profissionais de biblioteca, nas próprias bibliotecas e fora delas, que **componham com o projeto político pedagógico da escola e proponham outras leituras formativas.**

A boa biblioteca é aquela que atende e surpreende seu público com ofertas de leituras igualmente variáveis e reveladoras, que coloca à sua disposição todos os recursos que permitam que ele desenvolva uma leitura de mundo apurada, sensível, inovadora, que contribua para que ele aprenda a aprender como atuar em um mundo em permanente transformação, com enorme diversidade cultural e ambiental.

Falamos de uma biblioteca VIVA, aberta à comunidade, com livros sendo utilizados por todos os lados, onde ideias fervilhem e a comunidade escolar aprenda a trocar, comparar, compreender e a ter curiosidade para buscar novos livros e outras bibliotecas, incluindo as digitais.

“O leitor se forma na escola, e a biblioteca participa dessa formação, como parte integrante que é da escola. Atividades fundamentais de leituras variadas para a formação do aluno – varais e saraus literários, feira de ciências, sessões de descontração, clubes de leitores, etc. – podem e devem ter o concurso da biblioteca (podem até ser capitaneadas por ela), mas não são sua razão de ser nem sua responsabilidade exclusiva; aliás, elas só terão efetividade se estiverem incorporadas ao *ethos* escolar, ao espírito coletivo”, afirma o Prof. Luiz Percival Leme de Britto.

LEMBRE-SE: a sustentabilidade de uma biblioteca e o impacto positivo que pode proporcionar estão diretamente relacionados à qualidade dos serviços prestados, espaço adequado para o desenvolvimento de suas atividades, acervo de qualidade e permanentemente renovado. Resumindo, as bibliotecas precisam de boa gestão.

E QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DESSA BIBLIOTECA?

Alguns pré-requisitos são necessários para que um espaço com livros seja chamado de biblioteca e cumpra sua função social: formar leitores(as). Confira:

INFRAESTRUTURA

- sala reservada para esse fim em ótimas condições de higiene e estrutura, sem vazamentos ou infiltrações;
- iluminação adequada e conforto térmico;
- mínimo de 50 m² de espaço e um balcão de atendimento com mesa, cadeira e um computador com acesso à internet para os(as) funcionários(as), de acordo com o Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – ressaltamos também a necessidade de um banheiro para os(as) profissionais e usuários(as) da biblioteca;
- acessibilidade arquitetônica e comunicacional (sinais luminosos, sonoros, placas de sinalização em braille, piso tátil, fonte ampliada, rampas, corrimãos, audiodescrição, libras, legendas e símbolos pictográficos) em todos os locais de uso das bibliotecas, para todas as pessoas com deficiência – organizações não governamentais brasileiras têm feito importantes trabalhos para ajudar na criação de bibliotecas acessíveis e inclusivas, como a Mais Diferenças (www.maisdiferencas.org.br).



ACERVO

O acervo deve ser construído a partir de uma quantidade e diversidade de livros. Garantir a possibilidade objetiva de ler é garantir o contato cotidiano com leituras diversificadas; daí a enorme importância de assegurar que o acervo seja de qualidade, que apresente diversidade de gêneros textuais, de temas, autor, lugar, atendendo à Lei 12.245/08, assegurando a presença de livros de autores(as) indígenas e afro-brasileiros(as). Organização, renovação e atualização constantes, literatura diversificada, clássica e contemporânea para todas as idades, bem como assinaturas de jornais e revistas manterão o interesse dos(as) frequentadores(as). Na página 5 você encontra informações sobre o impacto comprovado do acervo no desempenho educacional de estudantes.



“O acervo da biblioteca escolar, considerando sempre o nível de autonomia e de desenvoltura intelectual dos(as) usuários(as), precisa incluir obras de ciência, história, geografia, psicologia, literatura, artes, e organizar-se de forma a permitir percursos formativos amplos e densos. Sua funcionalidade depende, em grande medida, de como a comunidade da escola abraça um projeto de formação que toma a interdisciplinaridade como eixo e avança para além do espaço-aula” – Prof. Luiz Percival Leme Britto.

EQUIPE

Uma biblioteca de nível básico deverá ter um(a) bibliotecário(a)-supervisor(a), responsável por um grupo de bibliotecas – caso a biblioteca faça parte de um sistema/rede com várias bibliotecas –, além de pessoal auxiliar em cada uma delas, em cada turno. O(A) bibliotecário(a) e/ou auxiliar de biblioteca deve ser leitor(a), com habilidade para mobilizar educadores(as) e famílias para promover educação para a leitura e planejar leituras diversificadas para público diversificado, **comprometido com o projeto político-pedagógico da escola**. Importante considerar a possibilidade de cursos de especialização para professores(as) que já trabalham nas bibliotecas e salas de leitura existentes, sendo imprescindível que estejam **devidamente contemplados no plano de cargos e salários dos municípios e do Estado**. É importante que esse(a) profissional atue em parceria com os(as) professores(as) na elaboração do projeto pedagógico da escola, planeje e realize leituras para a comunidade.



Destacamos também a importância de construir uma rede de bibliotecas, pois monitoramento é insuficiente sem diálogo.

Pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com o Insper apontou os recursos humanos como um dos fatores mais fortes para a biblioteca proporcionar impacto positivo. Leia na página 5 deste guia.

ATENDIMENTO

Bibliotecas de portas sempre abertas são o sonho de todo(a) leitor(a)! As bibliotecas em escolas deveriam funcionar também durante o recreio, nos intervalos do meio-dia, à noite, nos finais de semana, feriados e nas férias escolares. Devem atuar de forma a consolidar seu papel como espaço estratégico para o desenvolvimento de habilidades e competências de leitura, estudo e pesquisa, integradas ao projeto político-pedagógico da escola, abastecendo de leituras os planos de aula, promovendo leituras que instiguem a pensar a vida. A escola é o único equipamento público que dá acesso à cultura na maior parte do Brasil. Portanto, a biblioteca na escola presta um importante serviço social ao atender a comunidade do entorno.



“A biblioteca da escola ganha destaque como espaço de formação e de acesso ao conhecimento. Sua razão de ser não é estimular a leitura descomprometida ou de diversão, confundindo-se com espaços de entretenimento. O aluno deve ir à biblioteca instruído pelos professores para aprofundar-se nos temas que está conhecendo em sala de aula e descobrir outros assuntos e argumentos em função do estudo” - Prof. Luiz Percival Leme Britto.



**COMO FAZER
PARA TER UMA
BIBLIOTECA NA
ESCOLA**

DE ONDE VÊM OS RECURSOS?

Para executar as políticas públicas, as prefeituras municipais e os governos estaduais precisam de recursos financeiros, que podem vir de diferentes formas. Para entender mais sobre isso, o quadro abaixo apresenta um resumo da origem das receitas municipais e estaduais.

Receitas próprias

(geradas no próprio município ou no próprio Estado)

Âmbito estadual

- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS;
- Imposto sobre a Transmissão de bens móveis e imóveis, quando não onerosa (Causa Mortis e Doação) – ITCMD;
- taxas;
- contribuições.

Âmbito municipal

- Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
- Imposto sobre Transmissão Onerosa de Bens Imóveis (ITBI);
- taxas;
- contribuições.

Partilhas constitucionais

(artigos 157 e 158 da Constituição Federal de 1988)

Âmbito estadual

A partir do governo federal:

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF).

Âmbito municipal

A partir do governo federal:

- parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF);
- parte do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF).

A partir do governo estadual:

- parte do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Transferências constitucionais

(artigo 159 da Constituição Federal de 1988)

Âmbito estadual

A partir do governo federal:

- Fundo de Participação dos Estados e DF (FPE);
- parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) – Combustíveis;
- parte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – Exportação.

Âmbito municipal

A partir do governo federal:

- Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A partir do governo estadual:

- parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) – Combustíveis;
- parte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – Exportação.

Compensações financeiras

Âmbito estadual

- royalties;
- recursos minerais;
- outras.

Âmbito municipal

- royalties;
- recursos minerais;
- outras.

Outras transferências obrigatórias

Âmbito estadual

- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB);
- cotas-partes do Salário-Educação;
- recursos do Sistema Único de Saúde (SUS);
- recursos do Fundo Nacional de Assistência Social;
- outras.

Âmbito municipal

- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB);
- cotas-partes do Salário-Educação;
- recursos do Sistema Único de Saúde (SUS);
- recursos do Fundo Nacional de Assistência Social;
- outras.

Outras transferências obrigatórias

Âmbito estadual

- convênios;
- emendas parlamentares;
- outras.

Âmbito municipal

- convênios;
- emendas parlamentares;
- outras.

As prefeituras e os governos estaduais recebem ainda recursos de outro grande fundo, além do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE]), que compõem as principais fontes de repasse de recurso federal para a Educação Básica:

a) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) – tem o objetivo de manter e desenvolver o ensino. É uma fonte importante de recursos da educação para pagamento de docentes e profissionais de educação, repassado automaticamente para prefeituras, Estados e DF.

b) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – o FNDE é uma autarquia responsável por redistribuir o recurso oriundo da contribuição social do salário-educação. Uma parte desses recursos (60 %) é creditada nas contas dos governos estaduais e municipais, proporcionalmente ao número de estudantes matriculados nas escolas da rede pública. A outra parte é utilizada para financiar programas da Educação Básica, visando melhorar as condições do transporte escolar, da alimentação e do acesso à tecnologia, dentre outros itens que afetam o cotidiano das escolas e dos(as) estudantes.



RECURSOS PÚBLICOS PARA BIBLIOTECAS EM ESCOLAS

COMO É FEITO O PLANEJAMENTO PARA AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS?

Existem inúmeras formas e ferramentas para o planejamento das ações governamentais. O artigo 165 da Constituição Federal de 1988 estabelece que o Poder Executivo deve ter três instrumentos de gestão: o **PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**.

Sem dúvida, quando falamos de planejamento de médio prazo de ações, programas e políticas, o principal instrumento é o **Plano Plurianual**, também conhecido como **PPA**. O **PPA** tem **duração de quatro anos** e deve ser construído no primeiro ano de governo. É fundamental que o processo de construção do PPA envolva os órgãos do governo e as distintas representações da sociedade, de forma a ser um efetivo instrumento de desenvolvimento do município e do Estado.

Além de funcionar como planejamento, o **PPA** deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo a serem cumpridos pela gestão pública. Portanto, para que possamos cumprir a meta de universalização das bibliotecas escolares, assim como fortalecer e ampliar as já existentes, é fundamental que o PPA correspondente aos quatro anos de mandato da gestão eleita nos âmbitos municipal, estadual e federal contemplem as bibliotecas, mostrando que as equipes do governo – incluindo Educação, Cultura, Planejamento e Finanças, entre outras – estão articuladas para garantir que os próximos anos sigam com esta preocupação com as bibliotecas. Caso o PPA atual de seu município e Estado não contemplem, ou não contemplem adequadamente, as bibliotecas, é fundamental articular com a **prefeitura e a Câmara de Vereadores (no âmbito municipal) ou o governo do Estado e a Assembleia Legislativa (no âmbito estadual)** para que façam a revisão do PPA. É importante que o PPA esteja sempre alinhado com os **Planos Municipal/Estadual de Educação**, que tratam da questão da estrutura das escolas e, portanto, de suas bibliotecas.

Depois que a prefeitura/governo do Estado envia para a Câmara Municipal de Vereadores/Assembleia Legislativa o **PPA**, normalmente até o dia **31 de agosto** do primeiro ano da gestão, o próximo passo é garantir que os vereadores(as) (no âmbito municipal) e deputados(as) (no âmbito estadual) mantenham os

projetos relacionados às bibliotecas e, dentro do possível, ampliem as metas estabelecidas. Vale lembrar que o ideal é que as metas sejam quantificáveis, tanto em termos físicos como financeiros.

O segundo instrumento de planejamento é a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, que deve ser **preparada anualmente**. Na LDO, o governo define as prioridades e escolhas da gestão para o ano seguinte. Também é fundamental que a LDO, entre outras funções, estabeleça os critérios para alcançar o equilíbrio entre receitas e despesas, e também defina as despesas com pessoal. No caso das bibliotecas, isso é fundamental porque, além de prever os custos de implementação ou manutenção, muitas vezes será necessário contratar pessoas para realizar o atendimento adequado às demandas da sociedade em termos de planejamento e atendimento de leituras.

Já a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, também preparada anualmente pelos governos, e **entregue até o dia 31 de agosto** (na grande maioria dos municípios e Estados) para discussão e aprovação do Legislativo, **é um plano de trabalho com um conjunto de ações**. Normalmente, as LOAs podem parecer complicadas de entender, pois elas devem estar divididas em função, subfunção, programa, ação (projetos, atividades ou operações especiais). Mas o mais importante é garantir, por exemplo, que uma ação como a “construção da biblioteca da escola X” esteja na LOA, já com os recursos financeiros necessários para isso.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Plano	Duração	Quando é feito?	Envolvidos
Plano Plurianual (PPA)	4 anos	no primeiro ano de governo	órgãos do governo e as distintas representações da sociedade
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	1 ano	até o primeiro semestre de cada ano, para orçamento do ano seguinte	órgãos do governo
Lei Orçamentária Anual (LOA)	1 ano	entregue até o dia 31 de agosto	órgãos do governo

Para tentar garantir que não haja problemas de descontinuidade e restrições aos atendimentos nas bibliotecas, os(as) cidadãos(ãs) podem (e devem!) participar do processo de planejamento, seja por meio das audiências públicas e/ou outros fóruns de debate. Também é papel do poder público incentivar a participação dos(as) cidadãos(ãs) e buscar o atendimento às demandas da população.

OUTRAS FORMAS DE CAPTAR RECURSOS PARA AS BIBLIOTECAS

ARTICULE PARCERIAS COM VEREADORES(AS), DEPUTADOS(AS) E SENADORES(AS).

Uma das formas que os vereadores(as), deputados(as) e senadores(as) têm para defender os interesses da região onde receberam votos é destinando as chamadas **emendas parlamentares**. O primeiro tipo são as “**emendas individuais**”, recursos a serem inseridos nas LOAs federal, estadual ou municipal – dependendo do parlamentar eleito(a) – para **levar benefícios às regiões escolhidas por eles e elas**. Além disso, há as “**emendas de bancada**”, que reúnem os(as) deputados(as) e/ou senadores(as) de um mesmo Estado. Assim, uma das formas de garantir recursos para as bibliotecas de sua cidade é solicitar que nos(as) representantes no Congresso Nacional ou na Assembleia Legislativa de seu município ou Estado destinem uma parte de suas emendas para este equipamento escolar público.

É importante contatar os(as) **vereadores(as), deputados(as) estaduais, federais e senadores(as)** que receberam votos no município⁷ para mostrar como eles(as) podem contribuir com a cidade e com a melhoria da educação pública a partir do fortalecimento das bibliotecas. **Veja algumas dicas no final deste guia!**

Uma estratégia parecida pode ser feita com o(a) atual **governador(a) do Estado**, mostrando que o investimento em bibliotecas escolares, além dos benefícios citados anteriormente, também pode ajudar a evidenciar o comprometimento dele(a) com as questões educacionais e de ampliação do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

ARTICULE PARCERIAS COM A SOCIEDADE LOCAL.

Além de buscar recursos dentro do próprio orçamento e com os governos municipais, estaduais e federais, os(as) gestores(as) locais podem – e devem – buscar parcerias e alianças com a sociedade local. É importante lembrar que, alguns meses ou anos antes, essa mesma sociedade elegeu esse governo, depositando nele a confiança de melhorar a cidade. Assim, é fundamental manter esta relação de confiança.

A integração dos apoios de pequenos(as) e médios(as) empresários(as) da cidade já pode ajudar a construir ou reformar uma ou algumas bibliotecas escolares. Muitas vezes, uma boa conversa já é suficiente para garantir o apoio. Mas é sempre importante lembrar que esses apoios devem estar pautados pelos princípios da transparência, moralidade e legalidade.

Se em seu município há alguma grande empresa, vale a pena entrar em contato com sua área de responsabilidade social para conhecer as políticas de apoio ao desenvolvimento local e, quem sabe, sugerir uma nova linha voltada ao tema da educação e, mais especificamente, das bibliotecas em escolas abertas à comunidade. Vale lembrar que, em muitos casos, essas grandes empresas possuem projetos de financiamento com o BNDES e que nesses casos a construção e a reforma de bibliotecas podem ser negociadas junto ao banco como parte das contrapartidas sociais.

ELABORE PROJETOS E PARTICIPE DE EDITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS.

O primeiro passo para elaborar um bom projeto é conhecer claramente o(s) problema(s) a ser(em) enfrentado(s). Para isso, levante dados e mantenha atualizado o registro oficial das informações relacionadas às bibliotecas dos municípios. A partir de uma boa base de dados, é possível analisar as informações e estabelecer o “diagnóstico” das bibliotecas no município para, então, definir as prioridades a serem afrontadas.

DICA: para avaliar a situação das bibliotecas escolares de seu município, um bom método pode ser comparar as informações obtidas com as da pesquisa realizada pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais “Os Parâmetros das Bibliotecas Escolares”.

⁷ Esta informação pode ser obtida no site dos Tribunais Regionais Eleitorais de cada Estado.



O indicado é que as prioridades sejam estabelecidas por um grupo de pessoas diretamente envolvidas com a questão das bibliotecas em escolas no município e que compreendam a importância da biblioteca para o desenvolvimento de uma sociedade letrada, crítica e cidadã. Podem participar: usuários(as), estudantes, professores(as), bibliotecários(as) e funcionários(as) da biblioteca, diretores(as) de escola, pais e mães, comunidade do entorno, gestores(as) municipais/estaduais, vereadores(as)/deputados(as), líderes institucionais e demais interessados(as) em contribuir para o fortalecimento das bibliotecas no município/Estado.

IMPORTANTE: se o seu município/Estado já tiver o Plano Municipal/Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLB/PELLLB) aprovado, o documento poderá contribuir para o processo de elaboração do projeto. Se ainda não tiver, mobilize colegas, professores(as), diretores(as), jovens protagonistas da comunidade, secretários(as) de Educação e Cultura e vereadores(as)/deputados(as) para que o documento seja debatido e constituído. Ele é peça fundamental para a garantia do direito às bibliotecas em seu município.

Com o diagnóstico em mãos e as prioridades estabelecidas, é possível indicar um(a) profissional e/ou montar um grupo de trabalho para elaborar o(s) projeto(s), de acordo com as normas estabelecidas em cada edital. Além dos programas públicos, fundações empresariais e algumas instituições nacionais e internacionais abrem editais para distribuição de recursos (físicos, materiais e financeiros). Crie uma lista de possíveis parceiros para seus projetos e fique atento às oportunidades publicadas, visitando com regularidade os sites e acompanhando as redes sociais das instituições.

Algumas sugestões:

- Secretaria Especial da Cultura (governo federal): <http://www.cultura.gov.br>
- Secretarias Estaduais de Cultura (ou órgãos correspondentes)
- BNDES Finem – Educação, Saúde e Assistência Social: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-finem-educacao-saude>
- Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR): <https://captadores.org.br/category/c40-editais-abertos>
- GIFE: <https://gife.org.br>
- Cultura e mercado: <https://www.culturaemercado.com.br/site/editais>
- Oi Futuro (Instituto de Inovação e Criatividade da Oi): <https://oifuturo.org.br>
- Instituto MRV: <https://www.institutomrv.com.br/pt>
- Fundação Volkswagen: <https://fundacaovolkswagen.org.br>
- Itaú Social: <https://www.itausocial.org.br>
- Prosas: <https://prosas.com.br/editais>

LEMBRE-SE: é fundamental manter os dados estruturados e atualizados e as ações planejadas. Assim, os recursos públicos e privados podem complementar e viabilizar a efetividade do direito no curto, médio e longo prazo, de forma sustentável, numa interlocução permanente entre os atores e organizações na implementação da política pública de biblioteca na escola. Caso precise, é fácil encontrar na internet dicas preciosas sobre como elaborar um bom projeto!⁸

⁸ Três exemplos de páginas interessantes: <http://www.cerrado.org.br/capta/estrutura-do-projeto/> e https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Notas-de-Biblioteca-3_web.pdf e [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32e-d4c25a6439578715ce/\\$File/5443.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/61942d134ba32e-d4c25a6439578715ce/$File/5443.pdf)

UNINDO OS RECURSOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS COM OS DEMAIS EXISTENTES,
PODEMOS RESUMIR A BUSCA POR RECURSOS DA SEGUINTE FORMA:

EXEMPLOS DE
INFORMAÇÕES
RELEVANTES
(por unidade)

- número de escolas que possuem biblioteca no município;
- número de escolas que precisam de biblioteca no município;
- condições (infraestrutura) dos espaços/unidade;
- necessidades de reforma/construção/unidade;
- número de profissionais/unidade;
- número de bibliotecários(as)/unidade;
- número de profissionais necessários(as)/unidade;
- número de computadores para serviço técnico e/ou administrativo/unidade;
- número de computadores exclusivos para funcionários(as) ligados(as) à internet/unidade;
- número de títulos no acervo/unidade;
- número de visitantes por mês/unidade;
- perfil dos usuários(as) (faixa etária, gênero, interesses)/unidade;
- interesses e demandas dos usuários(as)/unidade.

PROBLEMA IDENTIFICADO (dimensão)

ESPAÇO E INFRAESTRUTURA
(construção e ampliação de bibliotecas)

ONDE BUSCAR RECURSOS?

- Recursos municipais e estaduais (via PPA, LDO e LOA), articulando com a Prefeitura e Câmara Municipal (no âmbito municipal) ou com o governo estadual e Assembleia Legislativa (no âmbito estadual);
- recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- programas dos governos estaduais;
- recursos públicos complementares do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) acessados por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR);
- programas existentes no Ministério da Educação;
- programas existentes na Secretaria Especial da Cultura;
- recursos federais previstos para a implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura, da Secretaria Especial da Cultura;
- emendas parlamentares;
- institutos e fundações empresariais;
- empresários(as) e comerciantes locais.

EQUIPE

ONDE BUSCAR RECURSOS?

- Recursos municipais e estaduais (via PPA, LDO e LOA), articulando com a Prefeitura e Câmara Municipal (no âmbito municipal) ou com o governo estadual e Assembleia Legislativa (no âmbito estadual);
- programas de capacitação governamentais ou de organizações sem fins lucrativos que trabalham com o tema.

ACERVO

ONDE BUSCAR RECURSOS?

- Recursos municipais e estaduais (via PPA, LDO e LOA), articulando com a Prefeitura e Câmara Municipal (no âmbito municipal) ou com o governo estadual e Assembleia Legislativa (no âmbito estadual);
- programas dos governos estaduais;
- programas existentes no Ministério da Educação (PNLD Literário, por exemplo);
- programas existentes na Secretaria Especial da Cultura;
- doação de editoras;
- campanha de doações de livros de literatura em bom estado de conservação.

OUTRAS AÇÕES DAS GESTÕES MUNICIPAL E ESTADUAL PARA O FORTALECIMENTO DAS BIBLIOTECAS

Além dos recursos financeiros e do papel articulador com a sociedade local ou com os outros entes governamentais, **o que mais os(as) gestores(as) municipais/estaduais podem fazer?**

Uma boa iniciativa pode ser a nomeação de um grupo de trabalho/conselho/comitê que atue diretamente nas ações relacionadas às bibliotecas no município. É recomendável que os(as) participantes do grupo de trabalho/conselho/comitê acreditem na importância da biblioteca para a formação integral dos(as) cidadãos(ãs) e busquem a efetivação do direito à universalização das bibliotecas em todas as escolas do Brasil.

SUGERIMOS AINDA ALGUMAS OUTRAS AÇÕES QUE VISAM CONTRIBUIR COM O FORTALECIMENTO DAS BIBLIOTECAS:

DIMENSÃO ESTRATÉGICA	Viabilizar recursos para as bibliotecas	Elaborar (ou rever) o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PMLLLB)	Fomentar a participação popular nas políticas relacionadas às bibliotecas	Promover a qualificação dos(das) profissionais que atuam nas bibliotecas	Qualificar as atividades de promoção à leitura e uso da biblioteca	Fortalecer o atendimento para a população
DIMENSÃO OPERACIONAL	· estabelecer diretrizes, objetivos e metas de médio prazo, relacionadas às bibliotecas das escolas no PPA municipal/estadual; · definir as diretrizes de políticas públicas de leitura e escrita de qualidade para todos(as) e biblioteca como uma das prioridades da gestão na LDO, garantindo as despesas com pessoal no orçamento; · garantir que haja ações e programas relacionados às bibliotecas em escolas na LOA; · analisar a viabilidade de incremento nas receitas próprias do município/estado e aplicar as possíveis ações; · articular parcerias com deputados(as) e senadores(as) para conseguir emendas parlamentares que auxiliem as bibliotecas em escolas; · articular parcerias com o governo estadual para que o município participe dos programas existentes; · articular estratégias conjuntas com os municípios vizinhos para compra de acervo – fundamental para manter a atratividade da biblioteca –, aquisição de equipamento de informática ou mesmo na realização de cursos de formação para as equipes envolvidas; · articular parcerias com a sociedade local, incluindo os pequenos e médios comerciantes e as médias e grandes empresas; · fomentar a busca ativa para a participação de editais de seleção dos programas federais existentes e relacionados com as bibliotecas em escolas ou de organizações da sociedade civil.	· garantir que as bibliotecas sejam parte essencial das escolas, consolidando o aspecto central desse equipamento na política educacional; · exigir que o PMLLLB/PELLLB seja de médio e longo prazo e tenha diretrizes e metas bem definidas; · apoiar o grupo de trabalho/ conselho/comitê na elaboração, no monitoramento e na fiscalização da execução do PMLLLB/PELLLB	· promover a participação da população no debate sobre o PMLLLB/PELLLB, de forma a chamar a atenção dos(das) cidadãos(ãs) para a temática das bibliotecas e fortalecer o processo decisório; · promover a realização de reuniões nas unidades escolares para debate sobre as bibliotecas; · fomentar a divulgação das ações desenvolvidas no âmbito das bibliotecas por meio das redes sociais; · dar transparência às ações relacionadas à execução do PMLLLB/PELLLB; · Promover campanhas de arrecadação de recursos (financeiros, materiais, acervo, etc.) por meio de ações com “empresário(a) amigo(a) da biblioteca” ou “comerciante amigo(a) da biblioteca” – lembre-se de que é fundamental conhecer as necessidades da biblioteca para que ela receba o insumo necessário para cumprir sua função social, que é formar leitores(as); · Fomentar o engajamento de jovens nas questões relacionadas às bibliotecas em escolas, bairros, comunidades ou cidades diferentes de suas localidades de origem.	· realizar processos de recrutamento e seleção de profissionais formados(as) em Biblioteconomia para atuar nas bibliotecas das escolas; · viabilizar ações de formação das equipes envolvidas no planejamento e atendimento das bibliotecas nas escolas; · garantir formação profissional compatível com as demandas da área, incluindo desenvolvimento de planejamento de leituras para públicos diversos e conteúdos relacionados às novas tecnologias; · estabelecer parcerias com universidades locais para o desenvolvimento de projetos de extensão que envolvam bibliotecas ou para abrir possibilidades de estágios nelas.	· promover rodas de leituras e saraus literários; · realizar debates literários; · promover clubes de leitura; · realizar atividades de leitura pública; · desenhar oficinas/atividades com foco na formação de leitores(as) e que demandem a participação continuada dos(das) usuários(as), incentivando a criação de vínculos e “fidelização”; · incentivar o debate e a produção escrita a partir de leituras literárias envolvendo a comunidade escolar; · reconhecer boas práticas de promoção de leitura em bibliotecas públicas, escolares e comunitárias.	· criar redes de articulação das bibliotecas existentes no município*/estado; · fomentar a articulação de ações com municípios vizinhos**; · apoiar iniciativas próprias ou da sociedade civil local relacionadas com as bibliotecas; · articular parcerias com instituições que atuam em prol da causa das bibliotecas, como o Instituto Ecofuturo e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil; · reconhecer, visibilizar e promover boas práticas que estejam ocorrendo nas bibliotecas municipais: públicas, escolares e comunitárias; · reconhecer boas práticas desenvolvidas em âmbito nacional e analisar a viabilidade de aplicação (adaptada) no município/Estado.

**A formação de uma rede de bibliotecas tem-se mostrado uma ótima alternativa tanto no Brasil como em outros países, para ampliar o acervo disponível para a população usuária e incentivar iniciativas conjuntas entre elas. Na América Latina, um exemplo muito bem-sucedido é o Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín, na Colômbia⁹. Um bom exemplo no Brasil é o Sistema Municipal de Bibliotecas da Prefeitura de São Paulo. Também na capital paulista, a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias¹⁰ (RNBC) – onde se insere o Literasampa –, que é parceira da campanha atualmente, tem conseguido bons resultados em termos de articulação e pode servir de inspiração.*

***Estratégias de consórcios intermunicipais têm gerado bons resultados em diversas áreas (saúde e meio ambiente, por exemplo), porque permitem maior cooperação e por gerarem economia de escala¹¹. Uma articulação regional de municípios na área de bibliotecas, por exemplo, poderia gerar economia de recursos financeiros em temas como compra de acervo, aquisição de equipamento de informática ou mesmo na realização de cursos de formação para as equipes envolvidas.*

⁹ Para mais informações, consulte: <http://www.reddebibliotecas.org.co/grupos/sbpm>

¹⁰ Para mais informações, consulte: <https://www.rnbc.org.br>

¹¹ Para mais informações, consulte o Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (<http://www.ocpf.org.br/>)



MOBILIZE-SE! COMO VOCÊ PODE AJUDAR?

Contribuir para o fortalecimento das políticas de bibliotecas não é papel exclusivo dos(as) prefeitos(as), governadores(as), secretários(as) municipais ou estaduais de Educação, vereadores(as), deputados(as) ou senadores(as). Todos e todas podem e devem atuar em prol de melhorias das bibliotecas existentes nas escolas e fomentar a criação de novas unidades, cada qual com seu papel.

SE VOCÊ É PARLAMENTAR – VEREADOR(A), DEPUTADO(A) ESTADUAL, DEPUTADO(A) FEDERAL OU SENADOR(A) – PODE:

- colaborar no processo orçamentário, incluindo, mantendo e aprimorando as ações relacionadas com as bibliotecas em escolas do município e do Estado;
- apoiar as ações da prefeitura e do governo estadual relativas às políticas públicas de biblioteca em escola;
- monitorar as ações da prefeitura e do governo estadual para evitar problemas de implementação e manutenção das bibliotecas nas escolas;
- monitorar o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento;
- apoiar a gestão municipal ou estadual nas negociações com deputados(as) estaduais, deputados(as) federais e senadores(as) para garantir as emendas para bibliotecas nas escolas;
- participar das audiências públicas de elaboração e revisão, monitorando a implementação e garantindo a execução orçamentária do PMLLB/PELLLB;
- envolver-se com as atividades desenvolvidas pelas bibliotecas em seu município/Estado;
- divulgar as ações positivas nas redes sociais e fomentar o debate público (via encontros formais e informais e também por meio de audiências públicas) sobre a importância das bibliotecas.

SE VOCÊ É CIDADÃO OU CIDADÃ:

- participar das políticas públicas de biblioteca em escola da prefeitura e/ou do governo estadual;
- participar das audiências públicas relacionadas aos processos de planejamento, como PPA, LDO e LOA;
- monitorar o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento que devem estar no site das prefeituras/Estados;
- convidar seus(suas) amigos(as) e familiares a participar dos debates sobre bibliotecas e buscar a realização de audiências públicas na Câmara de Vereadores ou na Assembleia Legislativa. Lembre-se – “a união faz a força”;
- em grupo, conversar com o(a) diretor(a) da escola sobre a importância da biblioteca em escola e apresentar a campanha “Eu Quero Minha Biblioteca”;
- utilizar os materiais disponíveis no site da campanha “Eu Quero Minha Biblioteca” para ajudar as iniciativas de fortalecimento das bibliotecas em escolas: www.euquerominha-biblioteca.org.br;
- estudar o perfil dos(as) vereadores(as) do município e deputados(as) e senadores(as) eleitos(as) por seu Estado, descobrindo quais são simpatizantes da causa das bibliotecas e estabelecer vínculos, mantendo-os(as) informados(as) sobre os acontecimentos das bibliotecas e convidando-os(as) para as ações desenvolvidas nos equipamentos;
- cobrar para que os(as) vereadores(as), deputados(as), senadores(as), assim como as equipes da prefeitura e do governo do Estado, trabalhem conjuntamente para a melhoria da educação pública, em que esteja contemplada a biblioteca das escolas;
- informar os órgãos competentes, como o Ministério Público, os órgãos de fiscalização municipal/estadual ou a Controladoria Geral da União (se for recurso federal), quando as obras de construção ou ampliação não estiverem sendo realizadas da forma contratada – as placas instaladas na frente das obras mostram o valor e também o prazo de execução, monitore!;
- acompanhar o andamento dos projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional – eles dispõem sobre aumento de recursos para compra de acervo (Projeto de Lei 391, de 2019), estabelecem parâmetros para as bibliotecas em escolas e novo prazo para sua universalização (Projeto de Lei 9.484/18) e visam à isenção fiscal para a construção e manutenção de bibliotecas públicas (Projeto de Lei 386, de 2019), com a possibilidade de impactar diretamente as ações nas bibliotecas de seu município;
- manter uma agenda de encontro com gestores(as) públicos(as) e parlamentares para tratar de assuntos relacionados às bibliotecas;
- mobilizar as redes sociais de forma positiva e propositiva, formando redes de articulação para interagir com o poder público em prol de bibliotecas em escola – siga a página da campanha no Facebook (<https://www.facebook.com/euquerominhabiblioteca/>) e Instagram [#euquerominhabiblioteca](https://www.instagram.com/euquerominhabiblioteca/);
- criar ações que aumentem a visibilidade (positiva), como das bibliotecas nas redes sociais, e promovam a maior interação entre os(as) usuários(as), sugestão de livros, divulgação de novos acervos, programação de eventos, mobilização social, etc.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS DE LEI CITADOS:

PL 391/19: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=219105>;

PL 9.484/18: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>;

PL 386/19: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191053>.





EM SÍNTESE

COMO VOCÊ PODE CONTRIBUIR PARA A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DAS BIBLIOTECAS NAS ESCOLAS?



Contribuir para o fortalecimento das políticas de bibliotecas é papel de todos e todas, da classe política, da iniciativa privada, dos cidadãos e das cidadãs.

DE QUE BIBLIOTECA ESTAMOS FALANDO?

A biblioteca na escola é um espaço organizado para a convivência cotidiana com a leitura e os(as) leitores(as), atenta à multiplicidade de usuários(as) e agindo em nome das demandas educacionais e expectativas variáveis. Quando falamos em bibliotecas, estamos contemplando:



Infraestrutura



Acervo



Equipe



Atendimento

DE ONDE VÊM OS RECURSOS?

Para executar as políticas públicas, as **prefeituras** precisam de recursos financeiros, que podem vir de diferentes formas. Abaixo, um resumo da origem das receitas municipais.



Receitas próprias (geradas no próprio município): IPTU, ISS, ITBI, etc.



Partilhas constitucionais (governos estaduais e federal): ITR, IRRF, IOF, ICMS e IPVA



Transferências constitucionais (governo federal e governo estadual): FPM, CIDE e IPI



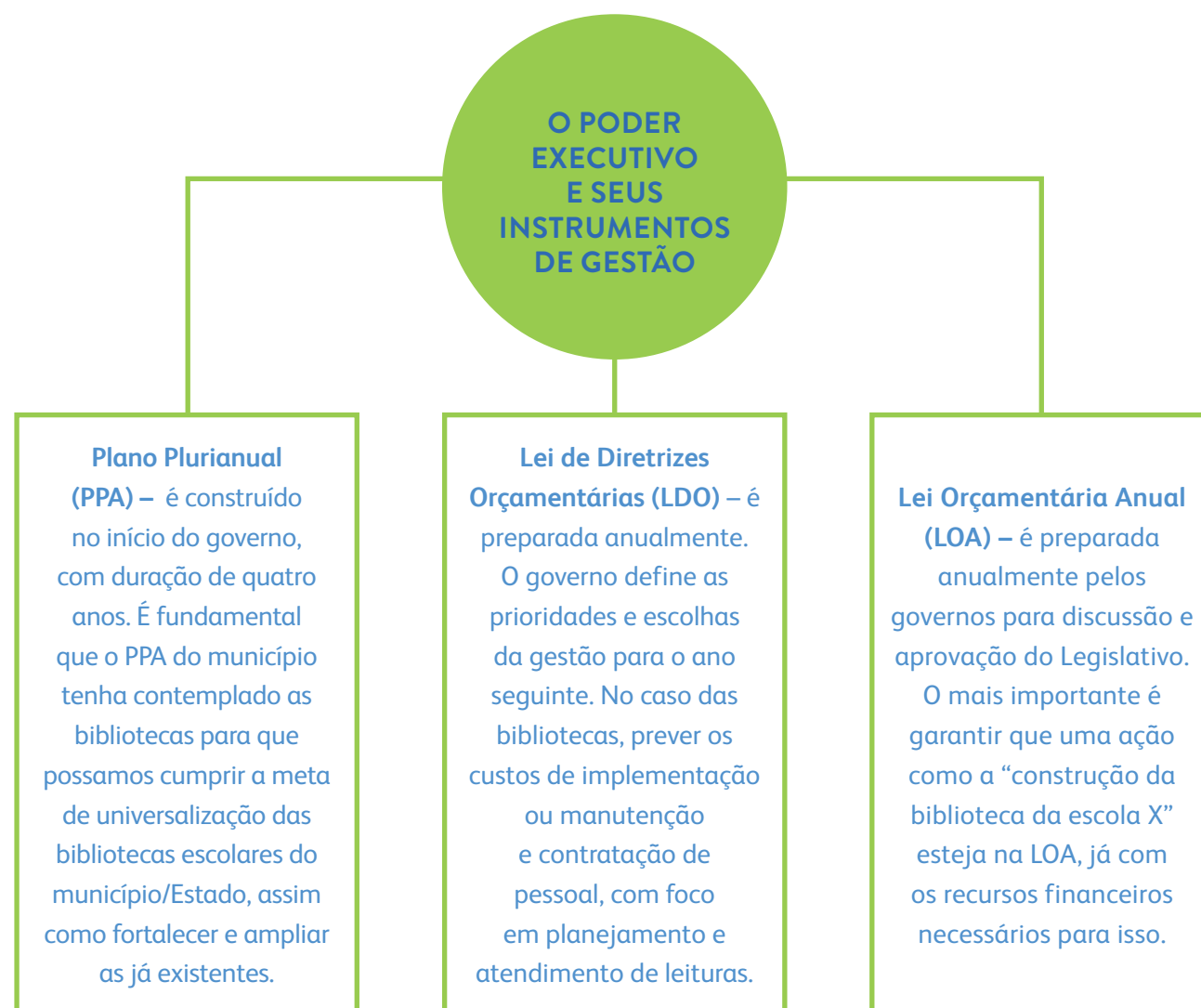
Compensações financeiras: royalties, recursos minerais, entre outras



Outras transferências obrigatórias: FUNDEB, salário-educação, SUS, entre outras



Transferências voluntárias: convênios, emendas parlamentares, entre outras



OUTRAS FORMAS DE CAPTAR RECURSOS PARA AS BIBLIOTECAS:

- Articule parcerias com deputados(as) e senadores(as) – eles são responsáveis por levar recursos para a região de onde receberam votos por meio de emendas parlamentares.
- Articule **parcerias com a sociedade local** – a integração dos apoios de pequenos(as) e médios(as) empresários(as) da cidade pode ajudar a construir ou reformar uma ou algumas bibliotecas escolares. *
- Elabore projetos e participe de editais públicos e privados – a partir de uma boa base de dados é possível analisar as informações e estabelecer o “diagnóstico” das bibliotecas no município para, então, definir as prioridades a serem afrontadas em projetos e editais.

**Lembre-se: estes apoios devem estar pautados pelos princípios de transparência, moralidade e legalidade.*

**MOBILIZE-SE!
VOCÊ É PARTE DA
SOLUÇÃO PARA A
UNIVERSALIZAÇÃO
DE BIBLIOTECAS
NAS ESCOLAS.**



**QUERO MINHA
BIBLIOTECA**

www.euquerominhabiblioteca.org.br



/euquerominhabiblioteca



/euquerominhabiblioteca

As imagens contidas nas páginas 2, 4, 7, 12, 13, 14, 15, 21, 22, 31 e 32 foram gentilmente cedidas pelo Instituto Ecofuturo/Divulgação.

As imagens contidas nas páginas 1, 8, 10, 18, 28, 35 e 36 foram gentilmente cedidas pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação/Divulgação.